

Blau
Farmacêutica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016, 2015 e
2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Blau Farmacêutica S.A.
Cotia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blau Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Blau Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Em 24 de outubro de 2017 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blau Farmacêutica S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 5, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção da informação referente lucro por ação e outros aprimoramentos nas divulgações de partes relacionadas, estoques, instrumentos financeiros, receita líquida e patrimônio líquido, descritos na referida nota explicativa. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio em aquisição de negócios - Individuais e Consolidadas

Conforme descrito nas notas explicativas 9.j, 14 e 16 às demonstrações financeiras, a Companhia possui um montante de R\$ 6.800 mil de ágio na aquisição do controle da Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S., ocorrida em 2013, cujo valor recuperável deve ser testado anualmente. A avaliação e a necessidade ou não de registro de perda por redução ao valor recuperável do ágio está suportada por estimativas do valor em uso baseado no plano de negócios e orçamento preparados e aprovados pela Companhia.

Devido aos julgamentos inerentes ao processo de determinação das estimativas de valor em uso da unidade geradora de caixa para fins de avaliação do valor recuperável, e à complexidade do processo, que requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia e que pode impactar o valor desse ativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas e aprovadas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e a metodologia utilizada no estudo realizado pela Companhia bem como avaliamos a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, tais como taxa de desconto, volumes e preços de venda projetados e custos em relação às práticas usuais de mercado e às características do negócio.

Avaliamos a sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Companhia.

Finalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor em uso.



Crédito extemporâneo relativo a tributos de PIS, COFINS e ICMS- Individuais e Consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia, durante o exercício de 2016, contratou um especialista externo que efetuou levantamento de créditos tributários não apropriados tempestivamente (créditos extemporâneos) relativos aos tributos PIS, COFINS e ICMS, resultando no reconhecimento de um ganho de R\$ 9.149 mil na rubrica de “Outras receitas”. Tais créditos já foram em parte compensados com saldos devedores no próprio exercício de 2016. A determinação do valor dos créditos extemporâneos teve por base o conceito de insumos de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e com o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIFI), conceito esse que não é claro, nem objetivo, existindo inclusive variações conceituais entre esses regulamentos.

Devido à relevância do montante envolvido, à complexidade e subjetividade inerente ao processo de determinação dos créditos extemporâneos, que requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia subjacente ao enquadramento de insumos vis-a-vis as suas operações e que pode impactar o valor do crédito extemporâneo registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos a documentação preparada pela Companhia e, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza dos créditos extemporâneos e o cálculo do crédito por imposto e por tipo de insumo, bem como reconciliamos os montantes apontados com os registros contábeis. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos analisamos o parecer fiscal preparado pelos assessores jurídicos externos quanto aos procedimentos efetuados pela Companhia para levantamento dos créditos, a avaliação de risco de não aceitação pelas autoridades fiscais e a probabilidade de desembolso em caso de materialização de autuação. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Leonardo Augusto Giusti
Contador CRC 1SP203952/O-9

Blau Farmacêutica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Notas	Consolidado			Controladora			Passivos	Notas	Consolidado			Controladora		
		2016	2015	2014	2016	2015	2014			2016	2015	2014	2016	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	10	10.199	10.044	12.277	1.764	350	499	Fornecedores	18	45.998	34.240	23.364	45.216	33.554	22.796
Contas a receber de clientes	11	98.721	84.875	66.667	97.453	80.530	59.172	Empréstimos e financiamentos	20	108.198	116.850	118.231	105.831	116.337	113.343
Estoques	12	104.440	90.312	75.935	96.124	86.778	71.511	Obrigações fiscais		1.230	725	1.373	1.063	990	664
Impostos a recuperar	13	4.902	1.807	859	4.027	1.807	859	Impostos de renda e contribuição social	19	6.279	13.067	8.607	6.279	13.067	8.607
Outros créditos		3.760	7.101	9.979	3.120	6.686	11.156	Obrigações trabalhistas		11.518	9.870	7.908	11.085	9.598	8.111
Total do ativo circulante		<u>222.022</u>	<u>194.139</u>	<u>165.717</u>	<u>202.488</u>	<u>176.151</u>	<u>143.197</u>	Outras contas a pagar		<u>7.857</u>	<u>2.737</u>	<u>1.162</u>	<u>7.334</u>	<u>1.026</u>	<u>715</u>
Depósitos judiciais		1.254	1.076	1.100	1.254	1.076	1.100	Total do passivo circulante		<u>181.080</u>	<u>177.489</u>	<u>160.645</u>	<u>176.808</u>	<u>174.572</u>	<u>154.236</u>
Empréstimos a receber - partes relacionadas	17	1.462	10.061	15.498	1.462	10.061	15.498	Empréstimos e financiamentos	20	33.707	35.464	9.481	33.234	35.338	9.481
Impostos a recuperar	13	7.455	12.242	7.523	7.455	12.242	7.207	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	3.336	-	-	3.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.402	1.592	-	957	547	-	Provisões para contingências	21	<u>3.450</u>	<u>5.964</u>	<u>3.913</u>	<u>3.443</u>	<u>5.827</u>	<u>3.890</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>11.573</u>	<u>24.971</u>	<u>24.121</u>	<u>11.128</u>	<u>23.926</u>	<u>23.805</u>	Total do passivo não circulante		<u>37.157</u>	<u>41.428</u>	<u>16.730</u>	<u>36.677</u>	<u>41.165</u>	<u>16.707</u>
Investimentos	14	10	9	9	24.027	24.417	15.371	Patrimônio Líquido	22						
Ativo biológico		306	306	306	306	306	306	Capital social		56.070	56.070	36.135	56.070	56.070	36.135
Imobilizado	15	72.023	68.670	55.560	70.885	67.332	54.692	Reservas de lucros		35.631	14.582	25.247	35.631	14.582	25.247
Intangível	16	9.790	10.010	10.381	2.138	2.793	3.182	Outros resultados abrangentes		<u>5.786</u>	<u>8.536</u>	<u>8.228</u>	<u>5.786</u>	<u>8.536</u>	<u>8.228</u>
Total do ativo não circulante		<u>82.129</u>	<u>78.995</u>	<u>66.256</u>	<u>97.356</u>	<u>94.848</u>	<u>73.551</u>	Total do patrimônio líquido dos controladores		<u>97.487</u>	<u>79.188</u>	<u>69.610</u>	<u>97.487</u>	<u>79.188</u>	<u>69.610</u>
Total do ativo		<u>315.724</u>	<u>298.105</u>	<u>256.094</u>	<u>310.972</u>	<u>294.925</u>	<u>240.553</u>	Participação dos acionistas não controladores		-	-	9.109	-	-	-
								Total do patrimônio líquido		<u>97.487</u>	<u>79.188</u>	<u>78.719</u>	<u>97.487</u>	<u>79.188</u>	<u>69.610</u>
								Total do passivo e patrimônio líquido		<u>315.724</u>	<u>298.105</u>	<u>256.094</u>	<u>310.972</u>	<u>294.925</u>	<u>240.553</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado			Controladora		
		2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receita líquida	23	430.933	383.451	290.045	424.835	370.582	269.818
Custo das mercadorias e produtos vendidos	24	(251.566)	(220.601)	(171.443)	(251.588)	(213.992)	(164.156)
Lucro bruto		179.367	162.850	118.602	173.247	156.590	105.662
Despesas comerciais	25	(35.873)	(35.553)	(29.764)	(29.554)	(28.154)	(25.398)
Despesas administrativas	25	(89.171)	(72.359)	(48.530)	(84.682)	(68.839)	(46.325)
Outras receitas operacionais, líquidas		13.855	2.108	3.296	14.343	1.901	3.099
Total das despesas operacionais, líquidas		(111.189)	(105.804)	(74.998)	(99.893)	(95.092)	(68.624)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		68.178	57.046	43.604	73.354	61.498	37.038
Receitas financeiras	26	13.158	4.785	9.917	12.461	4.522	9.637
Despesas financeiras	26	(35.392)	(37.712)	(28.653)	(34.968)	(35.913)	(27.343)
Despesas financeiras líquidas		(22.234)	(32.927)	(18.736)	(22.507)	(31.391)	(17.706)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	14	-	-	-	(4.903)	(5.706)	1.712
Resultado antes dos impostos		45.944	24.119	24.868	45.944	24.401	21.044
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(14.530)	(5.102)	(10.935)	(14.530)	(5.102)	(9.008)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	919	3.763	3.222	919	3.763	3.222
Imposto de renda e contribuição social		(13.611)	(1.339)	(7.713)	(13.611)	(1.339)	(5.786)
Lucro líquido do exercício		32.333	22.780	17.155	32.333	23.062	15.258
Resultado atribuído para:							
Acionistas controladores		32.333	23.062	15.258	32.333	23.062	15.258
Acionistas não controladores		-	(282)	1.897	-	-	-
Lucro líquido do exercício		32.333	22.780	17.155	32.333	23.062	15.258
Resultado básico e diluído por ação ordinária (Reapresentado)		0,22	0,15	0,12	0,22	0,16	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Lucro líquido do exercício	32.333	22.780	17.155	32.333	23.062	15.258
Outros Resultados Abrangentes (ORA)						
Itens que não serão reclassificados para o resultado						
Ajuste acumulado de conversão em controladas	<u>(1.321)</u>	<u>1.657</u>	<u>(1.126)</u>	<u>(1.321)</u>	<u>1.770</u>	<u>(577)</u>
Resultado abrangente total	<u>31.012</u>	<u>24.437</u>	<u>16.029</u>	<u>31.012</u>	<u>24.832</u>	<u>14.681</u>
Resultado abrangente atribuível aos						
Acionistas controladores	31.012	24.832	13.583	31.012	24.832	13.583
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>(395)</u>	<u>2.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>31.012</u>	<u>24.437</u>	<u>16.029</u>	<u>31.012</u>	<u>24.832</u>	<u>13.583</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reservas legal	Reservas para investimento	Dividendo adicional proposto					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	18.500	1.201	28.439	-	10.287	-	58.427	7.761	66.188
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.258	15.258	1.897	17.155
Ajuste acumulado de conversão em controlada	-	-	-	-	(577)	-	(577)	(549)	(1.126)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	(577)	15.258	14.681	1.348	16.029
Transações com acionistas e constituição de reservas									
Aumento de capital com reserva de lucros	17.635	-	(17.635)	-	-	-	-	-	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.482)	1.482	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	(2.696)	-	-	-	(2.696)	-	(2.696)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(802)	(802)	-	(802)
Constituição de reserva legal	-	763	-	-	-	(763)	-	-	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	15.175	-	-	(15.175)	-	-	-
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	17.635	763	(5.156)	-	(1.482)	(15.258)	(3.498)	-	(3.498)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	36.135	1.964	23.283	-	8.228	-	69.610	9.109	78.719
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.062	23.062	(282)	22.780
Ajuste acumulado de conversão em controlada	-	-	-	-	1.770	-	1.770	(113)	1.657
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	1.770	23.062	24.832	(395)	24.437
Transações com acionistas e constituição de reservas									
Aumento de capital com reserva de lucros	19.935	-	(19.935)	-	-	-	-	-	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.462)	1.462	-	-	-
Aquisição de participação de não controladores	-	-	(12.732)	-	-	-	(12.732)	(8.714)	(21.446)
Dividendos intercalares	-	-	(1.464)	-	-	-	(1.464)	-	(1.464)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(1.058)	(1.058)	-	(1.058)
Constituição de reserva legal	-	1.153	-	-	-	(1.153)	-	-	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	22.313	-	-	(22.313)	-	-	-
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	19.935	1.153	(11.818)	-	(1.462)	(23.062)	(15.254)	(8.714)	(23.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56.070	3.117	11.465	-	8.536	-	79.188	-	79.188
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.333	32.333	-	32.333
Ajuste acumulado de conversão em controlada	-	-	-	-	(1.321)	-	(1.321)	-	(1.321)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	(1.321)	32.333	31.012	-	31.012
Transações com acionistas e constituição de reservas									
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.429)	1.429	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	(11.599)	-	-	-	(11.599)	-	(11.599)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(1.114)	(1,114)	-	(1,114)
Constituição de reserva legal	-	1.605	-	-	-	(1,605)	-	-	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	31,043	-	-	(31,043)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(30,677)	30,677	-	-	-	-	-
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	-	1,605	(11,233)	30,677	(1,429)	(32,333)	(12,713)	-	(12,713)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.070	4.722	232	30.677	5.786	-	97.487	-	97.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	45.944	24.119	24.868	45.944	24.401	21.044
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	8.751	7.660	7.310	8.509	7.492	7.242
Baixas no ativo imobilizado e intangível	3.036	122	435	2.686	121	341
Encargos financeiros sobre financiamentos	16.877	19.957	2.435	16.864	19.957	2.435
Variação cambial não realizada em empréstimos e provisão de SWAP/MTM	(5.779)	6.807	-	(5.748)	6.807	-
Variação cambial não realizada em fornecedores e clientes	259	4.298	(550)	259	4.298	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	4.903	5.706	(1.712)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, líquidas	(272)	1.417	(167)	248	800	(139)
Provisão para perdas nos estoques, líquidas	907	1.623	4.697	1.693	3	4.672
Outras (reversões), líquidas	960	(1.345)	87	158	113	(247)
Provisão para contingências, líquidas	(2.749)	2.051	1.895	(2.384)	1.937	1.919
	<u>67.934</u>	<u>66.709</u>	<u>41.010</u>	<u>73.132</u>	<u>71.635</u>	<u>35.555</u>
(Acréscimo) decréscimo nas contas de ativo						
Contas a receber de clientes	(12.386)	(20.615)	12.676	(17.301)	(24.048)	15.265
Estoques	(12.314)	(16.000)	(26.203)	(11.039)	(15.270)	(25.539)
Impostos a recuperar	1.692	(5.667)	(3.694)	2.567	(5.983)	(3.697)
Outros créditos	6.366	2.878	1.262	3.566	4.470	(567)
Depósitos judiciais	(178)	1.317	(1.595)	(178)	24	(1.595)
Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivo						
Fornecedores	8.743	7.568	1.374	11.629	8.350	927
Obrigações trabalhistas	1.547	1.962	149	1.487	1.487	125
Obrigações fiscais	505	(648)	(649)	73	326	(980)
Provisão para imposto de renda	(410)	(1.293)	(310)	(410)	(762)	3.202
Salários e encargos a pagar	-	-	420	-	-	522
Outras contas a pagar	4.989	1.575	(607)	6.307	311	(979)
Provisões trabalhistas	-	-	748	-	-	1.097
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>66.488</u>	<u>37.786</u>	<u>24.581</u>	<u>69.833</u>	<u>40.540</u>	<u>23.336</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.809)	-	(6.566)	(20.809)	-	(6.566)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>45.679</u>	<u>37.786</u>	<u>18.015</u>	<u>49.024</u>	<u>40.540</u>	<u>16.770</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Adições no imobilizado	(14.062)	(20.150)	(14.939)	(14.044)	(19.576)	(14.112)
Pagamento parcela final aquisição em participações	-	(21.908)	(3.138)	-	(21.908)	(3.138)
Adiantamento futuro aumento de capital em investida	-	-	-	(3.404)	(3.919)	-
Aquisição de investida - Preserv S.A.	(2.274)	-	-	(2.274)	-	-
Adições no intangível	(513)	(371)	(192)	(49)	(288)	(154)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(16.849)</u>	<u>(42.429)</u>	<u>(18.269)</u>	<u>(19.771)</u>	<u>(45.691)</u>	<u>(17.404)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(12.712)	(2.522)	(4.248)	(12.712)	(2.522)	(4.220)
Captação de empréstimos e financiamentos	254.149	335.233	144.877	253.546	333.968	140.538
Recebimento de empréstimos efetuados a partes relacionadas	8.599	5.437	-	8.599	5.437	-
Empréstimos efetuados a partes relacionadas	-	-	(4.345)	-	-	(4.345)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(260.623)	(316.670)	(123.210)	(260.507)	(311.191)	(122.868)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	(16.767)	(20.725)	(14.157)	(16.765)	(20.690)	(14.157)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(27.354)</u>	<u>753</u>	<u>(1.083)</u>	<u>(27.839)</u>	<u>5.002</u>	<u>(5.052)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.476</u>	<u>(3.890)</u>	<u>(1.337)</u>	<u>1.414</u>	<u>(149)</u>	<u>(5.686)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.044	12.277	14.191	350	499	6.185
Efeito de variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.321	1.657	(577)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>10.199</u>	<u>10.044</u>	<u>12.277</u>	<u>1.764</u>	<u>350</u>	<u>499</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.476</u>	<u>(3.890)</u>	<u>(1.337)</u>	<u>1.414</u>	<u>(149)</u>	<u>(5.686)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.**Demonstrações do valor adicionado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receitas	465.669	412.668	316.037	459.445	399.797	295.811
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	461.214	411.601	312.948	454.992	398.732	292.721
Outras (despesas) receitas, líquidas	5.373	2.267	3.492	5.373	2.267	3.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(918)	(1.200)	(403)	(920)	(1.202)	(402)
Insumos adquiridos de terceiros	(263.250)	(236.345)	(173.475)	(258.305)	(223.509)	(163.586)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(200.901)	(180.181)	(125.794)	(201.085)	(173.572)	(118.432)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62.426)	(56.147)	(47.488)	(57.297)	(49.920)	(44.961)
Ganho (perda) de valores ativos	77	(17)	(193)	77	(17)	(193)
Valor adicionado bruto	202.419	176.323	142.562	201.140	176.288	132.225
Depreciação, amortização e exaustão	(8.730)	(7.675)	(7.310)	(8.482)	(7.507)	(7.167)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	193.689	168.648	135.252	192.658	168.781	125.058
Valor adicionado recebido em transferência	28.049	18.295	9.917	22.925	12.086	11.348
Resultado de participações societárias	-	-	-	(4.903)	(5.706)	1.711
Receitas financeiras	28.534	18.089	9.917	27.828	17.792	9.637
Outras	(485)	206	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	221.738	186.943	145.169	215.583	180.867	136.406
Pessoal	75.007	64.248	51.585	69.466	59.724	48.175
Remuneração direta	57.798	51.722	42.236	52.257	47.198	38.826
Benefícios	8.910	7.640	5.300	8.910	7.640	5.300
FGTS	8.299	4.886	4.049	8.299	4.886	4.049
Impostos, taxas e contribuições	35.537	21.279	26.274	35.356	21.278	24.347
Federais	16.758	6.180	13.002	16.578	6.180	11.074
Estaduais	18.095	14.514	12.940	18.095	14.513	12.940
Municipais	684	585	332	683	585	333
Remuneração de capitais de terceiros	81.161	80.100	52.109	80.728	78.267	50.580
Juros	37.136	21.888	16.269	37.136	21.888	16.269
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	14.563	30.593	12.384	14.130	28.760	11.074
Aluguéis	29.462	27.619	23.456	29.462	27.619	23.237
Remuneração de capitais próprios	30.033	21.316	15.201	30.033	21.598	13.304
Dividendos e juros sobre capital próprio	11.782	1.058	-	11.782	1.058	4.220
Lucro retido (prejuízo) do exercício, incluindo operações descontinuadas	18.251	20.540	13.304	18.251	20.540	9.084
Participação de acionista não controlador na Blau Colombia	-	(282)	1.897	-	-	-
Valor adicionado total distribuído	221.738	186.943	145.169	215.583	180.867	136.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Blau Farmacêutica S.A., doravante denominada (“Blau”; “Companhia” ou “Grupo”), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na rodovia Raposo Tavares km 30,5.

A Companhia tem por objetivo o comércio atacadista, distribuição, importação e exportação. Industrialização de produtos farmacêuticos, medicamentos e correlatos para uso humano.

Atualmente a Companhia possui nove filiais, sendo sete localizadas no Estado de São Paulo, uma no Paraná e uma no Ceará.

- (i) Unidade I - Prédio 100 - Matriz:**
Localizada a Rodovia Raposo Tavares, 2.833, Km 30, Barro Branco, Cotia - SP.
Comércio atacadista, distribuição, importação e exportação de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos, insumos destinados à produção de medicamentos e matérias primas.
- (ii) Filial 01:**
Localizada na Avenida Mario Isaac Pires, 7.602, Caucaia, Cotia - SP.
Industrialização de medicamentos oncológicos na forma de solução injetável, pó liófilo, comprimidos e capsulas, destinados à atender a divisão farma e hospitalar.
- (iii) Filial 02:**
Localizada a Rodovia Raposo Tavares, 2.833, Km 30,5, Barro Branco, Cotia - SP.
Fabricação de medicamentos alopáticos, biológicos e biotecnológico para uso humano na forma de solução injetável, pó liófilo, destinado à atender a divisão farma e hospitalar.
- (iv) Filial 03:**
Localizada à Rua João Bettega, 101, Sala 213, Curitiba - PR.
Escritório de contato para locação de equipamentos e veículos (locação não inclusa na lei do leasing).
- (v) Filial 04:**
Localizado no Estado do Ceará.
Escritório administrativo, exclusivamente para contatos de vendedores e representantes comerciais.
- (vi) Filial 05:**
Localizada a Rodovia Raposo Tavares, 2.833, Km 30,5, Barro Branco, Cotia - SP.
Fabricação matérias-primas para atender as necessidades de consumo na produção de medicamentos para uso humano, incluindo fabricação de especialidades farmacêuticas e controle de qualidade para terceiros; pesquisas, desenvolvimento e inovações em insumos, incluindo matérias primas e medicamentos, biológicos, biofármacos e biotecnológicos.

(vii) Filial 06:

Localizada a Rua Thomaz Sepe, 454, Jardim da Glória, Cotia - SP.
depósito de material de embalagem primária e secundária, preservativos semiacabados, material de retenção de produtos farmacêuticos e correlatos das unidades fabris I e II, equipamentos obsoletos e material de incineração da produção, da expedição e do almoxarifado de materiais de embalagens.

(viii) Filial 07:

Localizada a Rua Etiópia 258, Parque São Lourença, Cotia - SP.
depósito de material de embalagem primária e secundária, preservativos semiacabados, material de retenção de produtos farmacêuticos e correlatos das unidades fabris I e II, equipamentos obsoletos e material de incineração da produção, da expedição e do almoxarifado de materiais de embalagens.

(ix) Filial 08:

Localizado a Rua Adherbal Stresser, 84, Jardim Arpoador, São Paulo - SP
Fabricação de medicamentos antibióticos na forma de solução injetável, pó liófilo destinado à atender a divisão farma e hospitalar.

2 Relação de entidades controladas

Empresa	País	Participação		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Blau Farmacêutica Colombia S.A.S.	Colombia	100%	100%	50,98%
Blau Farma Uruguay S.A.	Uruguai	100%	100%	100%
Preserv S.A.	Brasil	100%	-	-

Blau Farmacêutica Colombia S.A.S.

A Blau Farmacêutica Colombia é uma subsidiária sediada na cidade de Bogotá na Colombia que tem como objeto social a produção e comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos, e atua nos principais segmentos farmacêuticos. A principal atividade da empresa é a importação de produtos da Companhia para distribuição na Colombia e outros países.

Blau Farma Uruguay S.A.

A Blau Farma Uruguay é uma subsidiária sediada na cidade de Montevideo no Uruguai que tem como objeto social comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos, e atua nos principais segmentos farmacêuticos e cosméticos. A principal atividade da empresa é a importação de produtos da Companhia para distribuição no Uruguai e outros países. As operações comerciais, tiveram início em fevereiro de 2015.

Preserv S.A.

A Preserv é uma subsidiária sediada na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, que tem como objeto social a comercialização, importação e exportação de preservativos e produtos correlatos destinados à higiene íntima e pessoal.

3 Aquisição de controladas

Aquisição de controlada sob controle comum

Com base no seu projeto de expansão para o mercado farma, a Companhia em 11 de novembro de 2016 adquiriu o controle de 100% da Preserv S.A. pelo valor de R\$ 2.274. Considerando que a Preserv era controlada pelos mesmos acionistas da Companhia, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil a transação foi realizada pelo acervo líquido contábil com base no balanço levantado em 31 de outubro de 2016, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ativo		Passivo	
Circulante	7.148	Circulante	3.886
Caixa e equivalente de caixa	(12)	Fornecedores	2.982
Contas a receber de clientes	1.414	Empréstimos e financiamentos	401
Estoques	2.721	Obrigações fiscais	37
Outros Créditos	3.025	Obrigações trabalhistas e sociais	101
Não Circulante	345	Contas a pagar	130
Imobilizado	335	Provisões	235
Intangível	10	Não Circulante	1.333
		Empréstimos e financiamentos	1.333
		Total do Passivo	5.219
Total do Ativo	7.493	Acervo líquido adquirido	2.274

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2017 aprovou o Laudo de Avaliação Patrimonial da Preserv S.A. e ratificou a incorporação da controlada pela Companhia, ocorrida em 27 de janeiro de 2017 com data efetiva retroativa a 1º de janeiro de 2017.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de janeiro de 2018 autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Reapresentação

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão sendo reapresentadas devido aos seguintes motivos:

(a) Lucro por ação

Conforme divulgado na nota explicativa nº 29, em 20 de setembro de 2017 foi aprovado em Assembleia o desdobramento de ações emitidas pela Companhia. As informações relacionadas ao lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro 2016, 2015 e 2014 incluídas nas respectivas demonstrações financeiras originalmente emitidas em 24 de outubro de 2017 foram elaboradas considerando a quantidade de ações existentes nas datas base das referidas demonstrações, ao invés da quantidade aprovada e integralizada na data de emissão das demonstrações. De acordo com a prática contábil aplicável a informação financeira deveria ser reapresentada e está sendo abaixo reapresentada.

Impacto na Demonstração de resultados e nota explicativa nº 22, Patrimônio líquido

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>32.333</u>	<u>22.780</u>	<u>17.155</u>	<u>32.333</u>	<u>23.062</u>	<u>15.258</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária (anteriormente apresentado)	<u>1,74</u>	<u>1,23</u>	<u>0,93</u>	<u>1,74</u>	<u>1,25</u>	<u>0,82</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária (reapresentado)	<u>0,22</u>	<u>0,15</u>	<u>0,12</u>	<u>0,22</u>	<u>0,16</u>	<u>0,10</u>

(b) Aprimoramento de divulgações

Informações adicionais foram incluídas nas notas explicativas de: (i) partes relacionadas, nota nº 17, em relação as políticas aplicadas nas transações com partes relacionadas, (ii) instrumentos financeiros, nota nº 27, em relação aos contratos de derivativos (conta contábil registrada no balanço e data de vencimento), bem como também a inclusão da taxa de cambio para o cenário provável na tabela de análise de sensibilidade, (iii) estoques, nota nº 12, em relação a política de valorização dos estoques, (iv) receita líquida, nota nº 23, em relação a divulgação da receita consolidada por tipos de tratamentos, e (v) patrimônio líquido, nota nº 22, em relação a informação de lucro por ação. As alterações efetuadas nas referidas notas explicativas objetivam melhorias nas informações apresentadas.

6 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

7 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Contas a receber de clientes - provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota 12** - Estoques - provisão para perdas com estoques;
- **Nota 16** - Intangível - amortização e teste de redução ao valor recuperável do ágio - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 21** - Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças de estimativas as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 27** - instrumentos financeiros.

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- os ativos biológicos mensurados pelo custo de aquisição, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

9 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação de não controladores na adquirida; menos
- o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor é negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos da transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- pelo valor justo; ou
- pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

(iii) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- descontos obtidos;
- despesa de juros;
- despesas com IOF;
- comissões e despesas bancárias;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por pagamentos efetivos durante o exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é reclassificado para resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que incluía uma operação no exterior, de forma de que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é re-atribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para resultado.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar a, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível, são considerados como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e apresentados no patrimônio líquido.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Ativos biológicos mensurados pelo custo de aquisição, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição do Grupo para o CPC foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e exercícios comparativos do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10-13 anos
Aeronave e veículos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Instalações em uso	10 anos
Equipamentos de informática	5-6 anos
Outros	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 equivalente ao IAS 23, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, desde que seja provável que a Empresa se beneficiará dos resultados econômicos futuros e também se forem possíveis de serem mensurados com segurança.

j. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Mensurações subsequentes

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	4 anos
Registros sanitários	4 anos

k. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que são prontamente convertidos em montante conhecidos de caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

O capital social da Companhia é composto por 100% de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo. Adicionalmente, o Estatuto prevê a declaração e distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria. Tais dividendos intermediários e/ou intercalares são reconhecidos como passivo quando deliberados.

Os dividendos adicionais, propostos pela Diretoria, não são reconhecidos como passivo até a efetiva ratificação em Assembleia, conforme previsto pela Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto da Companhia.

I. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques, ativos biológicos e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

m. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Informações por segmento

A Administração definiu que a Companhia apresenta um único segmento operacional, o segmento hospitalar. As operações estão significativamente concentradas no Brasil e distribuídas entre governo e iniciativa privada.

p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2017.

(i) IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

Transição

Os principais temas abordados na IFRS 9 a serem avaliados pela Companhia são:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

- A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação.

(ii) IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Venda de produtos

Para vendas, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Administração com os produtos.

Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

(iv) *Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26/ IAS 7)*

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

(v) *Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)*

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

(vi) *Outras alterações*

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Caixa Equivalente em dólar	-	18	5	-	18	5
Caixa Equivalente em euro	3	10	21	3	10	21
Caixa em Real	154	13	17	3	4	12
	157	41	43	6	32	38
Banco conta movimento	7.624	4.568	1.157	1.758	318	461
Aplicações financeiras	2.418	5.435	11.077	-	-	-
	10.042	10.003	12.234	1.758	318	461
Total Caixa e equivalentes de caixa	10.199	10.044	12.277	1.764	350	499

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A controlada Blau Farmacêutica Colômbia SAS possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, cuja taxa média é de 2,5% a.a. no exercício findo em 2016 e 8,6% a.a. nos exercícios findos em 2015 e 2014.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e variação cambial é divulgada na nota explicativa nº 27.

11 Contas a receber de clientes

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
No País	91.709	71.639	61.344	90.169	71.639	48.730
No Exterior	10.150	12.446	1.146	2.657	2.998	1.146
Partes Relacionadas (nota 17)	1.395	5.595	7.565	7.899	8.917	11.520
Subtotal	103.254	89.680	70.055	100.725	83.554	61.396
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(4.533)	(4.805)	(3.388)	(3.272)	(3.024)	(2.224)
	98.721	84.875	66.667	97.453	80.530	59.172

Idade dos saldos de contas a receber de clientes

	Consolidado								
	Privado			Público			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
A vencer	43.145	60.039	55.201	23.530	6.992	2.325	66.675	67.031	57.526
Vencidas	12.445	11.225	11.146	24.134	11.424	1.383	36.579	22.649	12.529
De 1 a 30 dias	3.848	398	2.935	11.999	1.977	750	15.847	2.375	3.685
De 31 a 60 dias	980	620	2.678	1.056	4.185	193	2.036	4.805	2.871
De 61 a 180 dias	2.815	3.756	3.619	7.295	4.252	313	10.110	8.008	3.932
Acima de 181 dias	<u>4.802</u>	<u>6.451</u>	<u>1.914</u>	<u>3.784</u>	<u>1.010</u>	<u>127</u>	<u>8.586</u>	<u>7.461</u>	<u>2.041</u>
Subtotal	55.590	71.264	66.347	47.664	18.416	3.708	103.254	89.680	70.055
Provisão para crédito liquidação duvidosa	<u>(4.533)</u>	<u>(4.805)</u>	<u>(3.388)</u>	-	-	-	<u>(4.533)</u>	<u>(4.805)</u>	<u>(3.388)</u>
Total	<u>51.057</u>	<u>66.459</u>	<u>62.959</u>	<u>47.664</u>	<u>18.416</u>	<u>3.708</u>	<u>98.721</u>	<u>84.875</u>	<u>66.667</u>

	Controladora								
	Privado			Público			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
A vencer	44.158	53.913	46.542	23.530	6.992	2.325	67.688	60.905	48.867
Vencidas	8.903	11.225	11.146	24.134	11.424	1.383	33.037	22.649	12.529
De 1 a 30 dias	2.538	398	2.935	11.999	1.977	750	14.537	2.375	3.685
De 31 a 60 dias	980	620	2.678	1.056	4.185	193	2.036	4.805	2.871
De 61 a 180 dias	1.750	3.756	3.619	7.295	4.252	313	9.045	8.008	3.932
Acima de 181 dias	<u>3.635</u>	<u>6.451</u>	<u>1.914</u>	<u>3.784</u>	<u>1.010</u>	<u>127</u>	<u>7.419</u>	<u>7.461</u>	<u>2.041</u>
Subtotal	53.061	65.138	57.688	47.664	18.416	3.708	100.725	83.554	61.396
Provisão para crédito liquidação duvidosa	<u>(3.272)</u>	<u>(3.024)</u>	<u>(2.224)</u>	-	-	-	<u>(3.272)</u>	<u>(3.024)</u>	<u>(2.224)</u>
Total	<u>49.789</u>	<u>62.114</u>	<u>55.464</u>	<u>47.664</u>	<u>18.416</u>	<u>3.708</u>	<u>97.453</u>	<u>80.530</u>	<u>59.172</u>

A Companhia possui como procedimento para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos de clientes privados, com exceção das partes relacionadas, as quais já ingressaram para cobrança na esfera administrativa. Recebíveis de órgãos públicos não são provisionados, uma vez que não existem títulos vencidos há longa data e histórico de perda. Atualmente 35% do saldo a receber com clientes privados é dado em garantia dos empréstimos e financiamentos bancários, apresentados na nota explicativa nº 20.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir

	Consolidado		
	2016	2015	2014
Saldo inicial da provisão	(4.805)	(3.388)	(3.554)
Constituição	(1.381)	(2.512)	(615)
Reversão	1.653	1.095	781
Saldo final da provisão	<u>(4.533)</u>	<u>(4.805)</u>	<u>(3.388)</u>

	Controladora		
	2016	2015	2014
Saldo inicial da provisão	(3.024)	(2.224)	(2.363)
Constituição	(1.196)	(1.658)	(450)
Reversão	948	858	589
Saldo final da provisão	(3.272)	(3.024)	(2.224)

12 Estoques (reapresentado)

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Produtos acabados	30.606	16.369	14.546	24.295	13.472	11.230
Produtos de venda	681	637	568	-	-	-
Produtos semi-acabados	18.949	13.821	15.957	17.707	13.821	15.957
Produtos em elaboração	94	230	218	94	230	218
Matérias-primas	32.324	25.758	16.348	32.324	25.758	16.348
Materiais de embalagem	19.465	19.289	15.800	19.385	19.289	15.800
Materiais em poder de terceiros	83	83	1.031	83	83	1.031
Importação em andamento	418	27	769	418	27	229
Adiantamento para importação	1.571	14.098	10.698	1.569	14.098	10.698
Materiais auxiliares produção	249	-	-	249	-	-
	104.440	90.312	75.935	96.124	86.778	71.511

Em 2016, a provisão para desvalorização dos estoques, para trazê-los aos seus valores realizáveis líquidos, totalizou R\$ 6.818 na controladora e R\$ 7.797 no consolidado (R\$ 5.124 na controladora e R\$ 6.890 no consolidado em 31 de dezembro de 2015) e (R\$ 5.121 na controladora e R\$ 5.268 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

A provisão para desvalorização é calculada considerando a data de vencimento dos produtos e leva em consideração também a expectativa de comercialização futura dos produtos. Produtos com datas de vencimento expiradas são integralmente provisionados, assim como também os com datas de vencimento em até 180 dias, independentemente da expectativa ou não de vendas.

Movimentação da provisão para desvalorização dos estoques:

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Saldo inicial	(6.890)	(5.268)	(571)	(5.124)	(5.121)	(449)
Constituição	(3.667)	(4.919)	(4.833)	(4.745)	(2.992)	(4.727)
Baixa	-	-	-	652	-	-
Reversão	2.760	3.297	136	2.399	2.989	55
Saldo Final	(7.797)	(6.890)	(5.268)	(6.818)	(5.124)	(5.121)

A movimentação da provisão para desvalorização dos estoques está reconhecida em custos das mercadorias e produtos vendidos no resultado.

13 Impostos a recuperar

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
<i>Circulante</i>						
ICMS	1.506	1.202	517	1.241	1.202	517
IPI	212	148	109	204	148	109
PIS	276	-	-	276	-	-
COFINS	1.363	-	-	1.363	-	-
Outros	597	447	-	20	447	-
Impostos retidos	948	10	233	923	10	233
Subtotal	4.902	1.807	859	4.027	1.807	859
<i>Não circulante</i>						
CIAP	551	358	417	551	358	417
PIS	1.300	2.183	1.319	1.300	2.183	1.319
COFINS	5.604	9.701	5.471	5.604	9.701	5.471
Outros	-	-	316	-	-	-
Subtotal	7.455	12.242	7.523	7.455	12.242	7.207
Total	12.357	14.049	8.382	11.482	14.049	8.066

Em 2016 a Companhia contratou uma empresa especializada para levantamento e reconhecimento de valores referente a créditos tributários decorrentes de débitos e créditos escriturais não apropriados tempestivamente. Este trabalho se deu por revisão de todo processo de apuração dos tributos indiretos e também consistência das informações registradas na escrita fiscal e contábil abrangendo o período de Janeiro de 2012 a Agosto de 2016.

Os montantes de créditos reconhecidos na conta de impostos a recuperar em contra partida de outras receitas no resultado foram os seguintes:

ICMS	2.625
PIS	1.158
COFINS	5.366
Total	9.149

Estes créditos já foram compensados no próprio exercício de 2016, sendo IRPJ/CSLL compensados com PIS e COFINS. O Crédito extemporâneo de ICMS foi utilizado para compensar o próprio saldo a pagar.

14 Investimentos

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Participação Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S	-	-	-	14.327	17.841	9.024
Ágio com investimento Blau Colômbia S.A.S	-	-	-	6.800	6.800	6.800
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	32	-
Total Investimento Blau Colômbia S.A.S	-	-	-	21.127	24.673	15.824
Participação Blaufarma Uruguay S.A	-	-	-	1.443	(4.414)	(724)
Ágio com investimento Blaufarma Uruguay S.a (i)	-	-	-	271	271	271
Adiantamento Futuro Aumento de Capital (ii)	-	-	-	339	3.887	-
Total Investimento Blaufarma Uruguay S.A	-	-	-	2.053	(256)	(453)
Participação Preserv S.A	-	-	-	847	-	-
Total Investimento Preserv S/A	-	-	-	847	-	-
Outros investimentos	10	9	9	-	-	-
Total Investimento	10	9	9	24.027	24.417	15.371

- (i) Para fins de consolidação os valores de ágio das investidas Blau Colômbia R\$ 6.800 e da Blau Uruguay R\$ 271 foram reclassificados para o intangível, vide nota explicativa nº 16.
- (ii) Remessa de capital a título de AFAC no montante de USD 100 mil, equivalentes a R\$ 339.

Movimentação dos investimentos:

	Blau Colômbia	Blau Uruguay	Preserv	Total
Saldo em 1ª de janeiro de 2014	7.158	7	-	7.165
Equivalência patrimonial	2.049	(683)	-	1.366
Lucro não realizado	346	-	-	346
Total de equivalência patrimonial líquida	2.395	(683)	-	1.712
Ajuste de conversão	(529)	(48)	-	(577)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.024	(724)	-	8.300
Equivalência patrimonial	(1.554)	(3.322)	-	(4.876)
Lucro não realizado	(830)	-	-	(830)
Total de equivalência patrimonial líquida	(2.384)	(3.322)	-	(5.706)
Aquisição de participação adicional	9.176	-	-	9.176
Ajuste de conversão	2.025	(368)	-	1.657
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.841	(4.414)	-	13.427
Aquisição de participação Preserv S.A	-	-	2.274	2.274
Realização do AFAC (i)	-	6.984	-	6.984
Equivalência patrimonial	(1.070)	(1.948)	(1.427)	(4.445)
Lucro não realizado	(458)	-	-	(458)
Total de equivalência patrimonial líquida	(1.528)	(1.948)	(1.427)	(4.903)
Ajuste de conversão	(2.142)	821	-	(1.321)
Reflexo IR/CS Diferido	156	-	-	156
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.327	1.443	847	16.617

- (i) A Blau Farma Uruguay em 30 de setembro 2016, realizou aumento de capital em \$U 63.912.957, equivalentes a R\$ 6.984 com o adiantamento para futuro aumento de capital efetuados pela Blau de 2013 até o final de setembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

AFACs efetuados	Valor
2013	152
2014	1.151
2015	2.584
2016	<u>3.097</u>
	<u><u>6.984</u></u>

Em atendimento ao CPC 45 e IFRS 12- divulgação de participação em outras sociedades, a Companhia demonstra no quadro a seguir o resumo das informações financeiras da Blau Colombia, Blau Uruguay e Preserv em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	2016			2015			2014	
	Blau Colômbia	Blaufarma Uruguay	Preserv	Blau Colômbia	Blaufarma Uruguay	Preserv	Blau Colômbia	Blau Uruguay
Ativo circulante	19.971	3.078	3.920	21.336	1.358	-	28.243	205
Ativo não circulante	<u>1.141</u>	<u>891</u>	<u>141</u>	<u>1.444</u>	<u>1.094</u>	-	<u>248</u>	<u>755</u>
Total do ativo	21.112	3.969	4.061	22.780	2.452	-	28.491	960
Passivo circulante	5.752	1.845	3.122	3.996	2.941	-	10.311	382
Passivo não circulante	45	343	92	227	37	-	23	1.303
Patrimônio líquido	<u>15.315</u>	<u>1.781</u>	<u>847</u>	<u>18.557</u>	<u>(526)</u>	-	<u>18.157</u>	<u>(725)</u>
Total Passivo + Patrimônio líquido	21.112	3.969	4.061	22.780	2.452	-	28.491	960
Receita líquida	18.411	2.498	1.188	26.192	263	-	35.377	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	<u>(1.070)</u>	<u>(1.948)</u>	<u>(551)</u>	<u>(1.627)</u>	<u>(3.322)</u>	-	<u>3.870</u>	<u>(607)</u>

15 Imobilizado

Consolidado														
	2013	Adição	Transf	Baixa	2014	Adição	Transf.	Baixa	2015	Proveniente da aquisição de controlada (a)	Adição	Transf.	Baixa	2016
Custo														
Terrenos	500	-	-	-	500	-	-	-	500	-	-	-	-	500
Edificações	618	-	-	-	618	198	1.057	-	1.873	-	8	30	-	1.911
Máquinas e equipamentos	43.699	1.739	508	(53)	45.893	6.644	-	(77)	52.460	234	6.597	277	(46)	59.522
Aeronave e veículos	2.684	-	-	(884)	1.800	414	-	(82)	2.132	-	9	-	(89)	2.052
Moveis e utensílios	4.974	208	44	(7)	5.219	271	-	(1)	5.489	67	200	2	(72)	5.686
Instalações em uso	6.038	745	-	-	6.783	213	-	-	6.996	9	176	283	(132)	7.332
Equipamentos de informática	1.985	203	-	-	2.188	406	-	(4)	2.590	54	497	114	(41)	3.214
Imobilizado em andamentos	9.511	9.076	(552)	-	18.035	10.552	(4.274)	-	24.313	-	5.852	(5.186)	(236)	24.743
Benfeitorias em imóveis	379	-	-	-	379	427	3.217	(11)	4.012	180	35	4.480	(180)	8.527
Adiantamento bens entrega futura	-	2.969	-	-	2.969	1.025	-	-	3.994	-	688	-	(2.506)	2.176
Total custo	70.388	14.940	-	(944)	84.384	20.150	-	(175)	104.359	544	14.062	-	(3.302)	115.663
Depreciação														
Edificações	(50)	(26)	-	-	(76)	(26)	-	-	(102)	-	(80)	-	-	(182)
Máquinas e equipamentos	(12.615)	(4.778)	-	-	(17.393)	(5.151)	-	10	(22.534)	(132)	(5.967)	-	71	(28.562)
Aeronave e veículos	(2.055)	(266)	-	550	(1.771)	(216)	-	28	(1.959)	-	(303)	-	86	(2.176)
Moveis e utensílios	(2.925)	(647)	-	-	(3.572)	(498)	-	11	(4.059)	(43)	(515)	-	83	(4.534)
Instalações em uso	(3.649)	(624)	-	-	(4.273)	(684)	-	-	(4.957)	(5)	(711)	-	11	(5.662)
Equipamentos de informática	(1.477)	(262)	-	-	(1.739)	(343)	-	4	(2.078)	(29)	(266)	-	27	(2.346)
Benfeitorias em imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178)	-	-	(178)
Total depreciação acumulada	(22.771)	(6.603)	-	550	(28.824)	(6.918)	-	53	(35.689)	(209)	(8.020)	-	278	(43.640)
Saldo líquido	47.617	8.337	-	(394)	55.560	13.232	-	(122)	68.670	335	6.042	-	(3.024)	72.023

(a) Posição do saldo final e da movimentação dos bens da Preserv da data de aquisição em 11 de novembro a posição final em dezembro de 2016.

Controladora													
	2013	Adição	Transf.	Baixa	2014	Adição	Transf.	Baixa	2015	Adição	Transf.	Baixa	2016
Custo													
Terrenos	500	-	-	-	500	-	-	-	500	-	-	-	500
Edificações	618	-	-	-	618	198	1.057	-	1.873	8	30	-	1.911
Máquinas e equipamentos	44.676	1.665	508	(1)	46.848	6.621	-	(77)	53.392	6.595	277	(7)	60.257
Aeronave e veículos	2.593	-	-	(862)	1.731	123	-	(82)	1.772	9	-	(37)	1.744
Moveis e utensílios	3.890	155	44	(7)	4.082	248	-	(1)	4.329	197	2	(8)	4.520
Instalações em uso	6.038	745	-	-	6.783	156	-	-	6.939	167	283	-	7.389
Equipamentos de informática	1.904	196	-	-	2.100	351	-	-	2.451	493	114	-	3.058
Imobilizado em andamentos	9.526	8.373	(552)	-	17.347	10.427	(4.274)	-	23.500	5.852	(5.186)	(236)	23.930
Benfeitorias em imóveis	324	-	-	-	324	427	3.217	-	3.968	35	4.480	-	8.483
Adiantamento bens entrega futura	-	2.978	-	-	2.978	1.025	-	-	4.003	688	-	(2.506)	2.185
Total custo	70.069	14.112	-	(870)	83.311	19.576	-	(160)	102.727	14.044	-	(2.794)	113.977
Depreciação													
Edificações	(50)	(26)	-	-	(76)	(26)	-	-	(102)	(80)	-	-	(182)
Máquinas e equipamentos	(12.927)	(4.762)	-	-	(17.689)	(5.119)	-	10	(22.798)	(5.946)	-	22	(28.722)
Aeronave e veículos	(1.752)	(265)	-	529	(1.488)	(203)	-	29	(1.662)	(203)	-	79	(1.786)
Moveis e utensílios	(2.690)	(647)	-	-	(3.337)	(498)	-	-	(3.835)	(475)	-	8	(4.302)
Instalações em uso	(3.737)	(624)	-	-	(4.361)	(666)	-	-	(5.027)	(696)	-	-	(5.723)
Equipamentos de informática	(1.417)	(251)	-	-	(1.668)	(303)	-	-	(1.971)	(228)	-	-	(2.199)
Benfeitorias em imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(178)	-	-	(178)
Total depreciação acumulada	(22.573)	(6.575)	-	529	(28.619)	(6.815)	-	39	(35.395)	(7.806)	-	109	(43.092)
Saldo líquido	47.496	7.537	-	(341)	54.692	12.761	-	(121)	67.332	6.238	-	(2.685)	70.885

O Imobilizado em andamento totaliza R\$ 23.930, sendo que R\$ 14.407 refere-se a construção de um novo galpão para armazenagem de estoques. A Companhia espera concluir a obra no segundo semestre de 2017.

16 Intangível

Consolidado											
	Taxas ponderadas anuais de amortização							Proveniente da aquisição de			2016
		2013	Adição	Baixa	2014	Adição	2015	controlada	Adição	Baixa	
Custo											
Softwares		3.349	154	-	3.503	298	3.801	6	49	(12)	3.844
Patente		877	-	-	877	-	877	4	62	-	943
Marcas		29	-	(29)	-	22	22	-	-	-	22
Registros sanitarios		199	38	(16)	221	51	272	-	402	-	674
Ágio (i)		7.071	-	-	7.071	-	7.071	-	-	-	7.071
Total custo		11.525	192	(45)	11.672	371	12.043	10	513	(12)	12.554
Amortização											
Softwares	25%	(531)	(667)	-	(1.198)	(695)	(1.893)	-	(692)	-	(2.585)
Registros sanitarios	25%	(56)	(41)	4	(93)	(47)	(140)	-	(39)	-	(179)
Total amortização acumulada		(587)	(708)	4	(1.291)	(742)	(2.033)	-	(731)	-	(2.764)
Saldo líquido		10.938	(516)	(41)	10.381	(371)	10.010	10	(218)	(12)	9.790
Controladora											
	Taxas ponderadas anuais de amortização	2013	Adição	2014	Adição	2015	Adição	Baixa	2016		
Custo											
Softwares		3.349	154	3.503	288	3.791	49	(1)	3.839		
Patente		877	-	877	-	877	-	-	877		
Total custo		4.226	154	4.380	288	4.668	49	(1)	4.716		
Amortização											
Softwares	25%	(531)	(667)	(1.198)	(677)	(1.875)	(703)	-	(2.578)		
Total amortização acumulada		(531)	(667)	(1.198)	(677)	(1.875)	(703)	-	(2.578)		
Saldo líquido		3.695	(513)	3.182	(389)	2.793	(654)	(1)	2.138		

(i) O ágio é decorrente das aquisições das investidas Blau Colômbia no valor de R\$ 6.800 e da Blau Uruguay no valor de R\$ 271, que no consolidado está sendo demonstrado no intangível como determina a norma contábil, vide nota explicativa nº 14.

Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado através de uma estimativa de cada Unidade Geradora de Caixa (“UCG”), representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis registrados na controlada que gerou o ágio.

O processo de determinação da recuperação da UCG baseado no Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Os principais pressupostos utilizados na determinação dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente das operações são conforme segue:

Venda de produtos 2016	Considerada a base de venda líquida de impostos e devoluções
Linha hospitalar	Crescimento de 9% a.a.
Linha oncologia	Crescimento de 10% a.a.
Linha biológica	Crescimento de 14% a.a.
Suturas	Crescimento de 9% a.a.
Despesas operacionais 2016	
Fixas	Crescimento linear de 6% a.a.
Variáveis	Proporcional À Receita Líquida com base em 31/12/16
FCD - Custo financeiro 2016	11.7% a.a. capitalizado
Venda de produtos 2015	Considerada a base de venda líquida de impostos e devoluções
Linha hospitalar	Crescimento de 9% a.a.
Linha oncologia	Crescimento de 10% a.a.
Linha biológica	Crescimento de 14% a.a.
Suturas	Crescimento de 9% a.a.
Despesas operacionais 2015	
Fixas	Crescimento linear de 6% a.a.
Variáveis	Proporcional À Receita Líquida com base em 31/12/15
FCD - Custo financeiro 2015	11.7% a.a. capitalizado
Venda de produtos 2014	Considerada a base de venda líquida de impostos e devoluções
Linha hospitalar	Crescimento de 7% a.a.
Linha oncologia	Crescimento de 10% a.a.
Linha biológica	Crescimento de 15% a.a.
Suturas	Crescimento de 7% a.a.
Despesas operacionais 2014	
Fixas	Crescimento linear de 5% a.a.
Variáveis	Proporcional À Receita Líquida com base em 31/12/14
FCD - Custo financeiro 2014	8% a.a. capitalizado

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia avaliou se havia qualquer indicação de que seus ativos ao final de suas vidas úteis talvez estivessem danificados ou desvalorizados, e concluiu que não há nenhuma indicação de impairment.

17 Partes relacionadas (reapresentado)

a. Controlador final

Durante o exercício de 2016, 2015 e 2014, não houve emissão de novas ações. O controlador final é o Sr. Marcelo Hahn, quem detem a maior participação acionária na Companhia.

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários e benefícios diretos, tais como assistência médica, odontológica e alimentação. A Companhia não fornece benefícios não caixa a diretores, tampouco contribui para um plano de benefício definido pós-emprego. Não há políticas de opção de compra de ações da Companhia.

	2016	2015	2014
Honorários de Diretoria	<u>2.057</u>	<u>2.166</u>	<u>1.272</u>

c. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são devidamente formalizadas através de contrato ou outro instrumento equivalente, como por exemplo pedido de compra quando se trata de transação comercial, e consideram os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado estão a seguir apresentados:

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Ativo						
Circulante						
Cientes (Nota 11)						
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda. (a)	664	407	2.153	664	407	2.153
The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda. (b)	731	690	533	731	690	533
Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S. (c)	-	-	-	5.079	2.638	3.955
Blaufarma Uruguay S.A. (d)	-	-	-	1.425	684	-
Preserv S.A. (e)	-	4.093	4.474	-	4.093	4.474
Ariston Inds. Químicas e Farmacêutica Ltda. (f)	-	405	405	-	405	405
Total de Cientes	<u>1.395</u>	<u>5.595</u>	<u>7.565</u>	<u>7.899</u>	<u>8.917</u>	<u>11.520</u>
Outros créditos						
Hahn Participações	-	-	1.627	-	-	1.627
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.627</u>
Investimentos (Nota 14)						
AFAC Blaufarma Uruguay S.A.	-	-	-	339	3.887	-
AFAC Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S.	-	-	-	-	32	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>339</u>	<u>3.919</u>	<u>-</u>

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Não circulante						
Empréstimos a receber						
Acionistas (g)	1.462	4.411	14.659	1.462	4.411	14.659
Preserv S.A.	-	-	839	-	-	839
Ariston Inds. Químicas e Farmacêutica Ltda. (f)	-	5.650	-	-	5.650	-
Total de empréstimos a receber	<u>1.462</u>	<u>10.061</u>	<u>15.498</u>	<u>1.462</u>	<u>10.061</u>	<u>15.498</u>
Total do ativo	<u>2.857</u>	<u>15.656</u>	<u>24.690</u>	<u>9.699</u>	<u>22.897</u>	<u>28.646</u>
	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Preserv S.A.	-	3	6	-	3	6
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda.	104	35	-	104	35	-
Total Fornecedores (Nota 13)	<u>104</u>	<u>38</u>	<u>6</u>	<u>104</u>	<u>38</u>	<u>6</u>
Outras contas a pagar						
F - 11 Segurança Privada Ltda. (h)	229	-	-	229	-	-
Dividendos mínimos a acionistas	1.003	-	-	1.003	-	-
Total outras contas a pagar	<u>1232</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.232</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Resultado - receitas (nota 23) e custos (nota 24)

	Consolidado					
	2016		2015		2014	
	Receita	Custo	Receita	Custo	Receita	Custo
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda. (a)	17.725	12.953	19.159	25.432	24.768	25.704
The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda. (b)	2.202	899	2.064	898	943	512
Preserv S.A. (e)	-	-	2.457	982	4.154	2.707
Total resultado com partes relacionadas	<u>19.927</u>	<u>13.852</u>	<u>23.680</u>	<u>27.312</u>	<u>29.865</u>	<u>28.923</u>

	Controladora					
	2016		2015		2014	
	Receita	Custo	Receita	Custo	Receita	Custo
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda. (a)	17.726	12.953	19.159	25.432	24.768	25.704
The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda. (b)	2.202	899	2.064	898	943	512
Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S. (c)	13.291	9.816	13.384	8.377	15.150	9.497
Blaufarma Uruguay S.A. (d)	1.894	1.660	758	698	-	-
Preserv S.A. (e)	814	547	2.457	982	4.154	2.707
Total resultado com partes relacionadas	<u>35.927</u>	<u>25.875</u>	<u>37.822</u>	<u>36.387</u>	<u>45.015</u>	<u>38.420</u>

Resultado - outras operações

	Controladora		
	2016	2015	2014
Hahn Participações (i)	26.974	24.899	20.775
Giannetto e Faccio Advogados Associados (j)	471	322	459
Alban Consultoria Empresarial Ltda	88	50	50
F - 11 Segurança Privada Ltda (h)	1.089	-	-
Total despesas com partes relacionadas	<u>28.622</u>	<u>25.371</u>	<u>21.284</u>

- (a) A Kolimed Com. Mat. Hospitalares Ltda tem como sua principal atividade a Distribuição de Medicamentos, os valores faturados para Kolimed são oriundos de vendas de medicamentos em condições normais de mercado. A margem de vendas usada para partes relacionadas é de 15% e o prazo médio de pagamento é de 40 dias.
- (b) A The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda tem como principal atividade a venda de embalagens de vidros para a indústria farmacêutica, os valores faturados para The Package são oriundos de embalagens de vidro compradas pela Companhia de fornecedores no exterior e revendidas para The Package em condições normais de mercado. A margem de vendas usada para partes relacionadas é de 15% e o prazo médio de pagamento é de 40 dias.
- (c) Refere-se às operações de exportação de medicamentos fabricados pela Companhia, que são revendidos pela subsidiária no território Colombiano. As transações são efetuadas em dólares norte-americano, e o prazo médio de pagamento é de 90 dias.
- (d) Refere-se às operações de exportação de medicamentos fabricados pela Companhia, que são revendidos pela subsidiária no território Uruguaio. As transações são efetuadas em dólares norte-americano, e o prazo médio de pagamento é de 180 dias.
- (e) A Preserv S.A. era a detentora da marca Preserv, e fabricava e comercializava preservativos e outros itens de uso pessoal. Anteriormente à data de aquisição da Preserv S.A. os saldos devidos por ela à Companhia, referente operações comerciais e financeiras, foram totalmente liquidados.
- (f) A Ariston era uma distribuidora atacadista de produtos hospitalares a qual a Blau mantinha relações comerciais, com um saldo de contas a receber de R\$ 405 em 2015, assim como, realizado empréstimos no valor de R\$ 5.650 também durante o ano de 2015. Em 2016 a Ariston saldou os valores que devia para a Blau.
- (g) Os empréstimos a receber com os acionistas não possuem prazo de validade, atualização monetária ou termos de garantia. Os valores a receber são liquidados anualmente mediante abatimento de dividendos devidos aos acionistas, conforme evidenciado na nota explicativa nº 22 (c) . O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016 foi totalmente liquidado em setembro de 2017.

- (h) A Companhia tem contrato de prestação de serviço de segurança que iniciou-se no segundo semestre de 2016 com a empresa relacionada F-11 Seguranças Privada Ltda., a qual o Sr. Marcelo Hahn tem participação de 89% e o Diretor Jurídico 10%. A vigência do contrato é de 1 ano, e a renovação se dará mediante assinatura de respectivo aditivo contratual por ambas as partes. O contrato sofrerá reajuste durante o prazo de vigência na data base da categoria (janeiro). O prazo para pagamento será efetuado no quarto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, com multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura, além dos encargos financeiros alusivos aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, se ocorrer atraso no pagamento. O valor mensal conforme contrato é de R\$ 283.
- (i) A Companhia tem contratos de aluguel de imóveis com a relacionada Hahn Participações Eireli, assinado em junho de 2013 com validade para 5 anos. O contrato não possui cláusulas de garantia. O valor do aluguel é atualizado anualmente por índices inflacionários, e os pagamentos efetuados mensais. O contrato prevê carência de 36 meses para cancelamento, estando sujeito portanto a multa por rescisão antecipada.
- (j) A Companhia atualmente tem um Diretor Jurídico estatutário, o qual tem participação no escritório de advocacia Giannetto Faccio Advogados Associados, que atua em assessoria jurídica em contenciosos trabalhistas e cíveis, sendo que as despesas dos serviços afetaram o resultado de despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 471 em 2016 (R\$ 322 em 2015 e R\$ 445 em 2014).

18 Fornecedores

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
No País	8.029	6.385	4.154	7.944	6.385	4.039
No Exterior	37.865	27.817	19.204	37.168	27.131	18.751
Subtotal	45.894	34.202	23.358	45.112	33.516	22.790
Partes relacionadas (Nota 17)	104	38	6	104	38	6
Total Fornecedores	45.998	34.240	23.364	45.216	33.554	22.796

19 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Imposto de renda	4.587	9.329	6.336	4.587	9.329	6.336
Contribuição social	1.692	3.738	2.271	1.692	3.738	2.271
Subtotal	6.279	13.067	8.607	6.279	13.067	8.607

Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Saldo inicial	13.067	8.607	6.185	13.067	8.607	6.185
Provisão	14.530	5.102	9.139	14.530	5.102	9.139
Juros	1.831	134	635	1.831	134	635
Compensação	(2.340)	(776)	(786)	(2.340)	(776)	(786)
Imposto pago	(20.809)	-	(6.566)	(20.809)	-	(6.566)
Saldo Final	6.279	13.067	8.607	6.279	13.067	8.607

Taxa efetiva na controladora

Conciliação do IR/CS	2.016	2.015	2.014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.944	24.401	21.044
Alíquota estatutária	34%	34%	34%
Valor do IR/CSLL sobre o lucro contábil pela alíquota estatutária	15.621	8.296	7.155
Adições:	16.594	8.612	15.670
Ajuste do RTT	-	-	7.466
Lucro Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S.	209	74	-
Ajuste tributário transfer price	-	-	832
Incentivos fiscais	256	349	200
Resultado negativo da equivalência patrimonial	4.654	5.094	682
Despesas indedutíveis	7.042	2.978	6.317
Outros	4.433	117	173
Exclusões:	15.467	16.120	9.886
Reversão provisões	4.111	2.990	1.412
Dispêndios com P&D inovação tecnológica Lei 11.196	4.474	5.695	6.080
Resultado positivo de equivalência patrimonial	209	74	2.394
Resultado positivo com SWAP não realizado	-	3.534	-
Gasto com desenvolvimento de adicionados	1.333	1.333	-
Juros sobre capital próprio	5.269	-	-
Outros	71	2.494	-
Lucro Fiscal	47.071	16.893	26.828
Alíquota estatutária	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.530	5.102	9.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(919)	(3.763)	(3.222)
Imposto de renda e contribuição líquido na DRE	13.611	1.339	5.786
Taxa Efetiva	28,92%	7,93%	21,57%

Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Passivo						
Imposto de renda	(1.879)	(2.714)	(3.806)	(1.879)	(2.714)	(3.806)
Contribuição social	(676)	(976)	(1.370)	(676)	(976)	(1.370)
Subtotal	(2.555)	(3.690)	(5.176)	(2.555)	(3.690)	(5.176)
Ativo						
Imposto de renda	2.970	3.883	1.353	2.524	3.115	1.353
Contribuição social	987	1.399	487	988	1.122	487
Subtotal	3.957	5.282	1.840	3.512	4.237	1.840
Total - ativo (passivo)	1.402	1.592	(3.336)	957	547	(3.336)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Saldo inicial	(182)	(5.176)	(6.760)	(182)	(5.176)	(6.760)
IR/CS sobre ajuste de avaliação patrimonial	1.135	1.366	1.382	1.135	1.366	1.382
IR/CS sobre lucro não realizado nos estoques	-	120	202	-	120	202
IR/CS sobre provisão de perdas em estoque	1.494	543	434	1.494	543	434
IR/CS sobre provisão para contingências	(475)	2.028	-	(475)	2.028	-
IR/CS sobre outros	(1.015)	1.666	1.406	(1.015)	1.666	1.406
Total - ativo	957	547	-	957	547	-
Total - passivo	-	-	(3.336)	-	-	(3.336)
IR/CS sobre prejuízo fiscal de base de contribuição social negativa da Blau Colômbia	445	1.045	-	-	-	-
Total - ativo	1.402	1.592	-	957	547	-
Total - passivo	-	-	(3.336)	-	-	(3.336)

20 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média	Garantia	Consolidado			Controladora		
			2016	2015	2014	2016	2015	2014
ACC	US\$+4,38% aa.	Aval do Diretor Presidente	15.870	8.929	7.826	15.870	8.929	7.826
Arrend mercantil	11% aa.	Alienação Fiduciária	38	89	-	-	-	-
Empréstimo	5% aa.		77	130	-	-	-	-
Capital Giro	17,39% aa, 18,56% aa	Recebíveis Órgãos Públicos/Privados	75.257	109.852	115.604	72.532	109.432	110.716
Capital Giro		17,38% aa, 18,45% aa (SWAP)	50.663	33.314	-	50.663	33.314	-
Finimp	2,15% aa.	30% Recebíveis + Aval	-	-	4.282	-	-	4.282
Total empréstimos e financiamentos com instituições financeiras			141.905	152.314	127.712	139.065	151.675	122.824
Total			141.905	152.314	127.712	139.065	151.675	122.824
Circulante			108.198	116.850	118.231	105.831	116.337	113.343
Não circulante			33.707	35.464	9.481	33.234	35.338	9.481
Total			141.905	152.314	127.712	139.065	151.675	122.824

Composição por vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
2016	-	-	3.618	-	-	3.618
2017	-	35.423	5.863	-	35.338	5.863
A partir de 2018	33.707	41	-	33.234	-	-
Total	33.707	35.464	9.481	33.234	35.338	9.481

Cláusulas contratuais restritivas (covenants) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A Companhia possuía quatro contratos de empréstimos de capital de giro junto ao Banco Itaú BBA com cláusulas restritivas que determinam certas obrigações a serem cumpridas para que seus respectivos valores não tenham seus vencimentos antecipados, dentre elas a principal é:

- A razão entre (A) a dívida bancária líquida (B) o “EBITDA” deverá ser sempre inferior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

A Companhia atendeu a todas condições restritivas constante daqueles contratos.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Não há cláusulas de covenants a serem atendidas.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia possui um único contrato de empréstimo de capital de giro junto ao Banco Itaú BBA com cláusulas restritivas que determinam certas obrigações a serem cumpridas pela Companhia para seus respectivos valores não tenham seu vencimento antecipado, dentre elas as principais são:

- As obrigações financeiras da Companhia somadas as obrigações da parte relacionada Kolimed não podem ser superiores a R\$ 100.000;
- A Companhia não pode conceder quaisquer empréstimo(s), financiamento(s) ou prestar garantia(s) fidejussória(s) a:
 - (i) Pessoas físicas, ou
 - (ii) Entidades de seu mesmo grupo econômico em valor total agregado igual ou superior a R\$ 10.000, sem expressa amuência do credor.
- A distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio para os acionistas não pode superar 25% do lucro líquido do exercício, sendo que qualquer distribuição superior a 25% deve ser aprovado pelo credor;
- A razão entre a Dívida Bancária Líquida e o EBITDA não deverá ser superior a 2,5.

Adicionalmente, outros contratos de empréstimos possuem cláusula cross default que determinam se houver quebra de quaisquer cláusulas contratuais em qualquer contrato de empréstimos e financiamentos a liquidação do referido empréstimo passa a ser imediata.

Dessa maneira de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), a Administração da Companhia reclassificou o montante de R\$ 24.474 de empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante para o passivo circulante cuja a última parcela do contrato vence em outubro de 2017.

A Companhia não foi notificada pelas instituições financeiras a respeito da quebra das cláusulas restritivas, desta forma os pagamentos para fins financeiros até o momento permanecem inalterados.

21 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

Consolidado										
	2013	Adição	Baixa	2014	Adição	Baixa	2015	Adição	Baixa	2016
Processos trabalhistas	950	2.719	-	3.669	1.119	(23)	4.765	856	(3.092)	2.529
Processos cíveis	804	53	(877)	(20)	950	-	930	677	(826)	781
Processos da ANVISA	264	-	-	264	12	(144)	132	20	(12)	140
Contingência Comercial	-	-	-	-	137	-	137	-	(137)	-
Total	2.018	2.772	(877)	3.913	2.218	(167)	5.964	1.553	(4.067)	3.450

Controladora										
	2013	Adição	Baixa	2014	Adição	Baixa	2015	Adição	Baixa	2016
Processos trabalhistas	903	2.719	-	3.622	1.119	-	4.741	849	(3.092)	2.498
Processos cíveis	804	77	(877)	4	950	-	954	677	(826)	805
Processos da ANVISA	264	-	-	264	12	(144)	132	21	(13)	140
Contingência Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.971	2.796	(877)	3.890	2.081	(144)	5.827	1.547	(3.931)	3.443

Os principais processos referem-se a causas trabalhistas, mas a Companhia não espera uma saída de recursos relevante no desfecho desses processos.

a. Causas classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível

A Companhia está sujeita a outros processos judiciais, avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, no valor de R\$ 7.006 em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 12.295 em 31 de dezembro de 2015) e (R\$ 4.309 em 31 de dezembro de 2014). Nenhuma provisão foi reconhecida para as contingências classificadas como possível, conforme suas naturezas:

Natureza	Valor
Tributária	3.432
Trabalhista	548
Cível	3.026
Total	7.006

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016, está representado por 18.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor total de R\$ 56.070 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 56.070 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 36.135 em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de abril de 2015 os sócios deliberaram pelo aumento do capital social a partir da integralização de parte do saldo da reserva de lucros, no montante de R\$ 19.935.

Em 26 de agosto de 2014 os sócios deliberaram pelo aumento de capital social a partir da integralização de parte do saldo de reserva de lucros, no montante de R\$ 17.635.

A composição acionária está demonstrada como segue:

2016				
Acionistas	Nº de ações	Capital	Patrimonio líquido	%
Marcelo Rodolfo Hahn	16.650.000	50.463	87.739	90%
Joyce Marrie Hahn	1.850.000	5.607	9.748	10%
Total	18.500.000	56.070	97.487	100%
Valor por ação	18.500.000	R\$ 3,03	R\$ 5,26	-
2015				
Acionistas	Nº de ações	Capital	Patrimonio líquido	%
Marcelo Rodolfo Hahn	16.650.000	50.463	71.269	90%
Joyce Marrie Hahn	1.850.000	5.607	7.919	10%
Total	18.500.000	56.070	79.188	100%
Valor por ação	18.500.000	R\$ 3,03	R\$ 4,28	-
2014				
Acionistas	Nº de ações	Capital	Patrimonio líquido	%
Marcelo Rodolfo Hahn	16.650.000	32.522	62.649	90%
Joyce Marrie Hahn	1.850.000	3.613	6.961	10%
Total	18.500.000	36.135	69.610	100%
Valor por ação	18.500.000	R\$1,95	R\$3,76	-

b. Reserva de lucros

Composta por reserva legal, reserva para investimentos e dividendos adicionais propostos.

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base em até 95% do lucro líquido de cada exercício, após diminuído das importâncias destinadas a reserva legal, reserva para contingências e reserva de incentivos fiscais. A reserva para investimentos tem como finalidade assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia, e o saldo da reserva não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros.

c. Destinação do lucro

Nos termos do estatuto social, os acionistas titulares das ações ordinárias possuem direito a dividendos de, no mínimo, 5% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, compensados os valores de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 1.114, sendo R\$ 1.003 a ser pago em 2017 (R\$ 1.058 em 2015 e R\$ 802 em 31 de dezembro de 2014, ambos compensados integralmente com saldos de empréstimos a receber de acionistas, conforme nota explicativa nº 17 (c)).

Conforme previsão legal e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, foram deliberados em 2014 no montante de R\$ 2.696 e em 2016 no montante de R\$ 5.400 para dividendos adicionais com reservas de exercícios anteriores.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 6.199 em 2016 (R\$ 1.464 em 2015 e R\$ 0 em 2014), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram excluídos do resultado do exercício e estão sendo apresentados na mutação do patrimônio líquido como distribuição de dividendos.

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios de 2016 e 2015 foram reduzidos respectivamente em R\$ 2.107 e R\$ 498, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Todos os montantes relacionados a dividendos intercalares deliberados pela Diretoria foram integralmente liquidados dentro dos respectivos exercícios a que se referiam (parcialmente como compensação de empréstimos a receber de acionistas (vide nota explicativa nº 17 (c)) e parcialmente como pagamento em dinheiro).

Em 26 de agosto de 2014 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária o pagamento de R\$ 722 a título de dividendo adicional em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esse montante foi integralmente liquidado dentro do ano de 2014.

Conforme legislação e previsão estatutária, a proposta de distribuição de dividendos adicionais da Diretoria é apresentada como tal em conta de patrimônio líquido e considerada uma obrigação corrente da Companhia após deliberação específica em Assembléia.

d. Lucro por ação (reapresentado)

Nos termos do estatuto social, os acionistas titulares das ações ordinárias possuem direito a dividendos de, no mínimo, 5% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, compensados os valores de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio.

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. A Companhia possui ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

Considerando o desdobramento de ações efetuado em setembro de 2017, conforme divulgado na nota explicativa nº 29, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os exercícios apresentados foi ajustado retrospectivamente. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação para os exercícios 2016, 2015 e 2014:

	Controladora		
	2016	2015	2014
Numerador			
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	32.333	23.062	15.258
Denominador (em milhares de ações)			
Numero de ações ordinárias	148.000	148.000	148.000
Lucro por ação			
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,22	0,16	0,10
	Consolidado		
	2016	2015	2014
Numerador			
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	32.333	23.062	15.258
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	(282)	1.897
	32.101	22.780	17.155
Denominador (em milhares de ações)			
Numero de ações ordinárias	148.000	148.000	148.000
Lucro por ação			
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,22	0,15	0,12

23 Receita líquida (reapresentado)

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Receita de venda de produtos - mercado interno	415.700	360.105	285.295	414.376	360.105	248.835
Receita de venda de produtos - mercado externo	30.378	36.096	4.568	9.469	8.163	4.568
Receita de vendas com partes relacionadas (Nota nº 17)	19.927	23.680	29.865	35.927	37.822	45.015
	466.005	419.881	319.728	459.772	406.090	298.418
(-) Impostos	(29.932)	(27.700)	(23.225)	(29.808)	(27.700)	(23.225)
(-) Descontos concedidos	(257)	(766)	-	(257)	(766)	-
(-) Devoluções	(4.883)	(7.964)	(6.458)	(4.872)	(7.042)	(5.375)
	(35.072)	(36.430)	(29.683)	(34.937)	(35.508)	(28.600)
Total	430.933	383.451	290.045	424.835	370.582	269.818

A vendas da Companhia estão substancialmente concentradas no segmento hospitalar, no mercado interno e externo, e distribuídas e pulverizadas entre iniciativa privada e público, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Privado	297.197	317.975	268.096	291.099	305.106	247.869
Público	133.736	65.476	21.949	133.736	65.476	21.949
Total receita líquida	430.933	383.451	290.045	424.835	370.582	269.818

A seguir a apresentação da receita líquida consolidada segregada por tipos de tratamentos:

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Biológicos	236.995	159.225	132.305	233.468	153.792	122.676
Especialidades	141.665	175.076	125.401	140.334	169.281	116.691
Oncológicos	33.103	31.111	13.138	32.565	30.298	12.319
Doutros	19.170	18.039	19.200	18.468	17.211	18.132
Total receita líquida	430.933	383.451	290.045	424.835	370.582	269.818

Em relação a localização geográfica, a receita líquida no Brasil representa 93%, 91% e 86% da receita líquida consolidada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente.

	Consolidado		
	2016	2015	2014
Brasil	400.591	349.352	250.101
Colombia	18.410	26.192	35.377
Peru	3.577	504	236
Uruguai	3.978	683	77
Tailândia	2.681	1.912	1.434
Chile	1.052	127	58
Paraguai	644	2.450	2.174
Outros	-	2.231	588
	430.933	383.451	290.045

Os principais clientes da Companhia estão segregados entre privados e públicos conforme detalhado abaixo:

	Consolidado		
	2016	2015	2014
Privado			
CM Hospitalar	15.549	14.357	13.539
Servimed	17.867	-	-
Kollimed (nota explicativa 17)	15.476	16.649	21.289
Comercial Rioclarense	-	13.023	-
Estabelecimentos de Saude	3.043	4.009	3.016
Farmacia e drogarias	3.431	2.609	2.917
Outros clientes privados	241.831	267.328	227.335
Total Privado	297.197	317.975	268.096
Público			
Ministério da Saúde	85.200	42.173	12.189
Secretarias da Saúde	5.068	4.702	5.320
Outros órgãos públicos	43.468	18.601	4.440
Total Público	133.736	65.476	21.949
	430.933	383.451	290.045

24 Custo das mercadorias e produtos vendidos

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Custos com materiais (matéria-prima e embalagem)	(190.661)	(181.697)	(124.868)	(190.683)	(175.087)	(117.581)
Mão-de-obra	(14.283)	(17.050)	(8.388)	(14.283)	(17.050)	(8.389)
Depreciação e amortizações	(5.612)	(5.076)	(5.884)	(5.612)	(5.076)	(5.816)
Outros gastos de fabricação	(41.010)	(16.778)	(32.303)	(41.010)	(16.779)	(32.370)
Custo total das vendas	(251.566)	(220.601)	(171.443)	(251.588)	(213.992)	(164.156)

25 Despesas comerciais e administrativas por função

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Despesas com pessoal	(43.476)	(34.494)	(24.888)	(38.862)	(29.970)	(21.344)
Despesas com transporte	(4.910)	(5.420)	(7.501)	(4.883)	(5.420)	(7.501)
Participação nos lucros	(1.215)	(1.006)	-	(1.215)	(1.006)	-
Prestação de serviços	(10.865)	(5.407)	(7.038)	(9.471)	(4.515)	(6.250)
Propaganda e promoções	(1.445)	(2.107)	(1.542)	(1.067)	(2.097)	(1.542)
Despesas gerais	(19.564)	(16.508)	(5.093)	(18.338)	(15.614)	(4.664)
Aluguéis e condomínios	(28.693)	(27.164)	(22.358)	(28.163)	(26.484)	(21.994)
Impostos e taxas	(786)	(1.116)	(1.442)	(401)	(844)	(1.117)
Perdas na realização de crédito	(2.597)	(2.835)	(856)	(920)	-	(402)
Viagens e representações	(1.375)	(1.661)	(2.036)	(1.107)	(1.377)	(1.917)
Pró-labore da diretoria	(1.715)	(1.698)	(1.190)	(1.654)	(1.469)	(848)
Depreciação e amortizações	(3.118)	(2.599)	(1.426)	(2.871)	(2.430)	(1.322)
Manutenção	(1.410)	(1.417)	(253)	(1.407)	(1.403)	(228)
Despesas com materiais	(2.502)	(2.841)	(868)	(2.666)	(2.841)	(868)
Utilidades	(126)	(431)	(437)	(126)	(431)	(437)
Despesas regulatórias	(1.247)	(1.208)	(1.366)	(1.085)	(1.092)	(1.289)
	(125.044)	(107.912)	(78.294)	(114.236)	(96.993)	(71.723)
Despesas comerciais	(35.873)	(35.553)	(29.764)	(29.554)	(28.154)	(25.398)
Despesas administrativas	(89.171)	(72.359)	(48.530)	(84.682)	(68.839)	(46.325)
	(125.044)	(107.912)	(78.294)	(114.236)	(96.993)	(71.723)

26 Despesas financeiras líquidas

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Variação cambial ativa	12.784	-	9.101	12.222	-	9.075
Juros recebidos	321	326	515	187	326	515
Ganhos com operações de SWAP	-	537	-	-	537	-
Ganhos com provisão de MTM de operações não realizadas	-	3.534	-	-	3.534	-
Outros	-	263	254	-	-	-
Descontos obtidos	53	125	47	52	125	47
Total receita financeira	13.158	4.785	9.917	12.461	4.522	9.637
Variação cambial passiva	-	(14.797)	(12.340)	-	(14.025)	(11.075)
Juros pagos	(19.386)	(19.801)	(14.489)	(19.035)	(19.801)	(14.489)
Perda com operações de SWAP	(3.685)	-	-	(3.685)	-	-
Perda com operações de MTM	(7.778)	-	-	(7.778)	-	-
IOF	(2.045)	(1.309)	(897)	(2.045)	(1.309)	(897)
Comissões e despesas bancárias	(960)	(666)	(784)	(891)	(639)	(775)
Outros	(1.124)	(1.115)	(143)	(1.120)	(115)	(107)
Descontos concedidos	(414)	(24)	-	(414)	(24)	-
Total despesas financeiras	(35.392)	(37.712)	(28.653)	(34.968)	(35.913)	(27.343)
Resultado financeiro líquido	(22.234)	(32.927)	(18.736)	(22.507)	(31.391)	(17.706)

27 Instrumentos financeiros (reapresentado)

Os instrumentos financeiros da controladora e do consolidado são substancialmente os mesmos e portanto a Companhia está apresentando unicamente as informações consolidadas.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado - 31 de dezembro de 2016							
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo				
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Caixas e equivalentes de caixa	2.418	7.781	10.199	7.781	2.418	-	10.199
Contas a receber de clientes	-	98.721	98.721	-	98.721	-	98.721
Outros créditos	-	3.760	3.760	-	3.760	-	3.760
Empréstimos a receber - partes relacionadas	-	1.462	1.462	-	1.462	-	1.462
	<u>2.418</u>	<u>111.724</u>	<u>114.142</u>	<u>7.781</u>	<u>106.361</u>	<u>-</u>	<u>114.142</u>
Valor justo							
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Fornecedores	-	45.998	45.998	-	45.998	-	45.998
Empréstimos e financiamentos	-	137.661	137.661	137.661	-	-	137.661
Contratos cambiais futuros (SWAP)	4.244	-	4.244	-	4.244	-	4.244
Outras contas a pagar	7.535	321	7.856	321	7.535	-	7.856
	<u>11.779</u>	<u>183.980</u>	<u>195.759</u>	<u>137.982</u>	<u>57.777</u>	<u>-</u>	<u>195.759</u>
Consolidado - 31 de dezembro de 2015							
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo				
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Caixas e equivalentes de caixa	5.435	4.609	10.044	4.609	5.435	-	10.044
Contas a receber de clientes	-	84.875	84.875	-	84.765	-	84.765
Outros créditos	3.681	3.420	7.101	3.420	3.681	-	7.101
Empréstimos a receber - partes relacionadas	-	10.061	10.061	-	10.061	-	10.061
	<u>9.116</u>	<u>102.965</u>	<u>112.081</u>	<u>8.029</u>	<u>103.942</u>	<u>-</u>	<u>111.971</u>
Valor justo							
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Fornecedores	-	34.240	34.240	-	-	34.240	
Empréstimos e financiamentos	-	152.167	152.167	152.167	-	-	152.167
Contratos cambiais futuros (SWAP)	147	-	147	-	147	-	147
Outras contas a pagar	-	2.737	2.737	-	-	-	2.737
	<u>147</u>	<u>189.144</u>	<u>189.291</u>	<u>189.144</u>	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>189.291</u>

Consolidado - 31 de dezembro de 2014

	Valor justo						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	11.077	1.200	12.277	1.200	11.077	-	12.277
Contas a receber de clientes	-	66.667	66.667	-	62.667	-	62.667
Outros créditos	-	8.352	8.352	-	8.352	-	8.352
Empréstimos a receber - partes relacionadas	-	15.498	15.498	-	15.498	-	15.498
	<u>11.077</u>	<u>91.717</u>	<u>102.794</u>	<u>1.200</u>	<u>97.594</u>	<u>-</u>	<u>98.794</u>

	Valor justo						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fornecedores	-	23.364	23.364	23.364	-	-	23.364
Empréstimos e financiamentos	-	127.712	127.712	127.712	-	-	127.712
Outras contas a pagar	-	1.162	1.162	1.162	-	-	1.162
	<u>-</u>	<u>152.238</u>	<u>152.238</u>	<u>152.238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>152.238</u>

(i) Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contratos de câmbio a termo e swaps de taxa de juros	Técnica de comparação de mercado: Os valores justos são baseados em cotações de corretoras. Contratos similares são negociados em mercados ativos e as cotações refletem transações atuais de instrumentos similares.	Não aplicável.	Não aplicável.

(ii) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

	Consolidado			Controladora		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	10.199	10.044	12.277	1.764	350	499
Clientes	98.721	84.875	66.667	97.453	80.530	59.172
Outros créditos	3.760	7.101	9.979	3.120	6.686	11.156
Total	112.680	102.020	88.923	102.337	87.566	70.827

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 10.199 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.044 em 2015) e (R\$ 12.277 em 2014).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

Consolidado - 2016				
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total contábil	Total com fluxo contratual
Fornecedores	45.998	-	45.998	45.998
Empréstimos e financiamentos	108.198	33.707	141.905	166.029
Outras contas a pagar	7.856	-	7.856	7.856
Total	162.052	33.707	195.759	219.883
Consolidado - 2015				
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total contábil	Total com fluxo contratual
Fornecedores	34.240	-	34.240	34.240
Empréstimos e financiamentos	116.850	35.464	152.314	178.207
Outras contas a pagar	2.737	-	2.737	2.737
Total	153.827	35.464	189.291	215.184
Consolidado - 2014				
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total contábil	Total com fluxo contratual
Fornecedores	23.364	-	23.364	23.364
Empréstimos e financiamentos	118.231	9.481	127.712	149.423
Outras contas a pagar	1.162	-	1.162	1.162
Total	142.757	9.481	152.238	173.949

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são basicamente o Real (R\$), o Peso Colombiano (COP) e o Pesos Uruguaios (UYU). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$, USD, Peso Colombiano (COP) e o Pesos Uruguaios (UYU).

Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em USD.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política do Grupo é garantir que sua exposição líquida seja mantida a um nível aceitável, através da compra ou venda à vista de moedas estrangeira, quando necessário, para cobrir descasamentos de curto prazo.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Consolidado - 2016		Consolidado - 2015		Consolidado - 2014	
	USD mil	Reais	USD mil	Reais	USD mil	Reais
Contas a receber de clientes	3.115	10.150	3.188	12.446	525	1.450
Fornecedores (a)	(11.404)	(37.865)	(6.957)	(27.817)	(6.959)	(19.204)
Empréstimos e financiamentos	<u>(20.415)</u>	<u>(66.533)</u>	<u>(12.572)</u>	<u>(49.091)</u>	<u>(2.836)</u>	<u>(7.826)</u>
Exposição líquida das transações previstas	<u>(28.704)</u>	<u>(94.248)</u>	<u>(16.341)</u>	<u>(64.462)</u>	<u>(9.270)</u>	<u>(25.580)</u>
Contratos cambiais futuros	<u>15.545</u>	<u>50.663</u>	<u>8.450</u>	<u>33.314</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Exposição líquida	<u>(13.159)</u>	<u>(43.585)</u>	<u>(7.891)</u>	<u>(31.148)</u>	<u>(9.270)</u>	<u>(25.580)</u>

- (a) A Companhia e suas controladas possui em fornecedores exterior o valor de R\$ 37.865 em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 27.817 em 31 de dezembro de 2015) e (R\$ 19.204 em 31 de dezembro de 2014), conforme nota explicativa nº 18, contudo deste valor R\$ 37.168 em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 27.131 em 31 de dezembro de 2015) e (R\$ 19.204 em 31 de dezembro de 2014) representa operações feita em Dólar e R\$ 697 em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 686 em 31 de dezembro de 2015) operações feita em Peso Colombiano (COP), considerando que a operação feita em Peso Colombiano (COP) não é significativa, não apresentamos no quadro acima o valor correspondente em sua moeda de origem, bem como não efetuamos análise de sensibilidade.

Análise de sensibilidade ao risco cambial

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD, contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Para fins de análise de sensibilidade, adotou-se como cenário provável as taxas de R\$ 3,2591, R\$ 3,9048 e R\$ 2,6562 que referem-se as taxas em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 respectivamente. Para cenário possível, as taxas utilizadas foram de R\$ 4,0739, R\$ 4,8810 e R\$ 3,3203 considerando uma alta de 25% e para o cenário remoto, as taxas utilizadas foram de R\$ 4,8887, R\$ 5,8572 e R\$ 3,9843 considerando uma alta de 50%.

Consolidado - 2016				
Operação	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Contas a receber de clientes	10.150	765	956	1.148
Fornecedores	(37.865)	1.887	2.359	2.831
Contratos cambiais futuros (SWAP)	50.663	4.244	5.305	6.366
Empréstimos e financiamentos	(66.533)	9.829	12.286	14.744
Consolidado - 2015				
Operação	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Contas a receber de clientes	12.446	990	1.238	1.485
Fornecedores	(27.817)	3.308	4.135	4.962
Contratos cambiais futuros (SWAP)	32.994	147	187	220
Empréstimos e financiamentos	(49.091)	6.807	8.509	10.211
Consolidado - 2014				
Operação	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Contas a receber de clientes	1.450	116	145	174
Fornecedores	(19.204)	2.304	2.880	3.456
Empréstimos e financiamentos	(7.826)	1.174	1.468	1.761

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia tem empréstimos em dólar no montante de USD 15.545, (USD 8.450 em 2015), equivalentes a R\$ 50.662 e (R\$ 49.091 em 2015), protegidos por operação de SWAP, os empréstimos em dólar no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não estavam protegidos

Resultado referente aos instrumentos financeiros derivativos

Consolidado			
Instrumentos financeiros derivativos	2016	2015	2014
Ganhos com operações de SWAP líquidos	-	537	-
Perda líquida com operações de SWAP	(3.685)	-	-
Efeito líquido MTM de operações SWAP	(7.778)	3.534	-
Total	(11.463)	4.071	-

Em 31 dezembro de 2016, os derivativos em aberto referente contratos de SWAP com o Banco Itaú com vencimento em 30 de abril de 2018, totalizava USD 9.517 e com o Banco HSBC com vencimento em 07 de junho de 2018, totalizava USD 4.960.

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é realizado a partir do método do fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de projeção da BM&F.

Derivativos em aberto

Derivativos	Valor-base		Vencimento	Valor justo	
	Dólar	Reais		Dólar	Reais
Posição Comprada (USD)	9.517	33.500	30/04/2018	(811)	(2.855)
Posição Comprada (USD)	4.960	17.162	07/06/2018	(401)	(1.389)
Vencimento	Notional em Dólares	Taxa Média	MtM		
30/04/2018	9.517	3,5200	(2.855)		
07/06/2018	4.960	3,4680	(1.389)		
Total	14.477		(4.244)		

A ponta passiva dos instrumentos financeiros está reconhecida como empréstimos e financiamentos, no curto prazo, e o ganho ou perda no grupo de resultado financeiro, líquido.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Operação	Consolidado - 2016			
	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	2.418	145	181	218
Empréstimos e financiamentos	(141.905)	(16.877)	(21.096)	(25.316)
Operação	Consolidado - 2015			
	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	5.435	326	408	489
Empréstimos e financiamentos	(152.314)	(19.957)	(24.946)	(29.936)

Operação	Consolidado - 2014			
	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	5.435	515	644	773
Empréstimos e financiamentos	<u>(127.712)</u>	<u>(14.723)</u>	<u>(18.404)</u>	<u>(22.085)</u>

28 Compromissos firmes

A Companhia possui contratos de construção firmados com terceiros, empresas especializadas em engenharia e construção civil, para realizar obras de construção de um galpão para estocagem de matérias primas conforme nota explicativa nº 15, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2017. O montante residual dos referidos contratos totaliza R\$ 4.035 em 31 de dezembro de 2016.

No segundo semestre de 2016, a Companhia assinou contrato de compra e venda de maquinários com fornecedores internacionais, destinados a ampliação da capacidade produtiva. O montante equivalente de tais contratos totaliza R\$ 3.864 em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia possui ainda contratos de aluguel de imóveis com a sua parte relacionada Hahn Participações, conforme divulgado na nota explicativa nº 17. O valor presente das obrigações para o prazo residual do contrato totaliza R\$ 33.150 em 31 de dezembro de 2016.

29 Eventos subsequentes

Em 30 de junho de 2017 foi celebrado compromisso de compra e venda entre a Blau Farmacêutica S.A. e Hahn Participações referente a compra de imóveis que eram objeto de contratos de aluguel apresentado na nota 17 “outras transações com partes relacionadas”. Por conta desse compromisso de compra e venda, os respectivos contratos de aluguel foram cancelados, sem nenhuma penalização para a Companhia.

Em 28 de agosto de 2017 o acionista Marcelo Rodolfo Hahn adquiriu a quantidade de 1.850.000 ações da acionista Joyce Marrie Hahn, passando portanto a deter 100% do controle da Companhia.

Em 20 de setembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:8, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 148.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Foi aprovado também na mesma Assembleia a autorização para a Companhia aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, até o limite de 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

* * *

Diretor-Presidente
Marcelo Rodolfo Hahn

Diretor Financeiro
Claudio Gomes

Gerente de Controladoria
José Henrique Sobrinho,
Contador CRC 1SP 220433/O-0